



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGEPE – PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
CPTA – COORDENAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

CONCURSO PÚBLICO

CARGO: ECONOMISTA

E6

Instruções ao candidato

- Ao receber o **Caderno de Questões**, confira o cargo, se é aquele para o qual você está concorrendo, e verifique se estão impressas as sessenta questões.
- Além deste **Caderno de Questões**, você receberá o **Cartão de Respostas**. Caso não o tenha recebido, peça-o ao **Fiscal de Sala**.
- Verifique se seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Em caso afirmativo, assine-o e leia atentamente as instruções de preenchimento. Caso contrário, notifique imediatamente o erro ao Fiscal. O **Cartão de Respostas** sem assinatura poderá ser invalidado.
- Cada questão apresenta cinco opções de respostas, com apenas uma correta. No **Cartão de Respostas**, atribuir-se-á pontuação zero a toda questão com mais de uma opção assinalada, ainda que dentre elas se encontre a correta.
- Não é permitido ao candidato: usar instrumentos auxiliares para cálculo e desenho; portar material que sirva de consulta; copiar as opções assinaladas no **Cartão de Respostas**.
- O tempo disponível para responder às questões e preencher o **Cartão de Respostas** é de quatro horas.
- Reserve pelo menos os vinte minutos finais para o preenchimento do **Cartão de Respostas**, que deve ser feito com caneta esferográfica de corpo transparente e de ponta média com tinta azul ou preta.
- Quando terminar de responder às questões e preencher o **Cartão de Respostas**, entregue todo esse material ao Fiscal de Sala.
- Retirando-se do local da prova após ter decorrido três horas do início, você poderá levar o **Caderno de Questões**.



Após o aviso de início da prova, os candidatos só poderão se retirar do local decorrido o tempo mínimo de noventa minutos.

Parte I: Língua Portuguesa

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

CAMINHO SEM RECULO

1 Há considerações de toda ordem contra o desarmamento civil do país. Elas se apoiam em raciocínios de um arco que se abre da ideologia à defesa da indústria de fabricação de armas. Contra ideias argumenta-se com contraditos, terreno da paixão. Já os fatos lidam com resultados objetivos. É este, sem dúvida, o caminho mais indicado para a discussão sobre a necessidade ou não de o Estado controlar a circulação de armamento e de limitar o seu uso a agentes legalmente ligados à segurança da sociedade (bem como, em casos restritos, a profissionais que, por força de suas atribuições, têm assegurado o direito à autodefesa). Porque é em números e estatísticas, dados bem objetivos, que se assentam a defesa das ações de recolhimento voluntário de armas e as campanhas que pregam a pacificação social.

2 A primeira Campanha de Desarmamento, instituída a partir da adoção do Estatuto do Desarmamento (2003), tirou de circulação mais de 400 mil armas, até outubro de 2005. Foi incontestável o impacto sobre os índices de criminalidade dessa primeira investida contra o armamentismo indiscriminado. Segundo o Ministério da Saúde, entre 2003 e 2006 houve uma queda de 17% no número de mortes por armas de fogo em todo o país. Somente em 2004 estimou-se que mais de 3 mil vidas tenham sido poupadas. É um dado que precisa ser avaliado não só pelo ângulo do combate à violência, mas também da saúde pública (o SUS deixou de gastar no período R\$ 93 milhões em internações de potenciais vítimas de ferimentos à bala) e pelo viés social (a quantidade de famílias que deixaram de chorar a perda de parentes). A correlação foi semelhante nas outras duas campanhas que se seguiram.

3 Mas, apesar das ações diretas de desarmamento e da vigência do Estatuto, em números absolutos o perfil da violência decorrente da criminalidade armada ainda assusta o país. O Brasil, com 34,3 mil homicídios por ano, indicador aterrorizante até para nações em guerra, é o campeão mundial de mortes por armas de fogo, diz o Ministério da Justiça. Isso porque não basta tentar demover os cidadãos a entregar suas armas, por mais crucial que seja essa questão no combate à violência armada, e adotar uma legislação, por mais avançada que seja (caso do Estatuto), sem fazê-la vigorar na prática via operações de fiscalização, campanhas desarmamentistas e outras iniciativas. Há, ainda, providências inadiáveis que precisam se juntar aos passos já dados - como aumentar o rigor do controle de fronteiras, por onde passa boa parte do arsenal que abastece quadrilhas do crime organizado, depuração de organismos policiais comprovadamente contaminados pela promiscuidade com o crime, maior rigor da Justiça com a aplicação das restrições e das punições previstas no Estatuto, etc.

4 No plebiscito de 2005, rejeitada a proibição da venda de armas de fogo (decisão soberana da maioria dos cidadãos), perdeu-se uma grande oportunidade de ampliar o alcance do Estatuto do Desarmamento. Uma

das faturas desse equívoco ficou registrada, por exemplo, num documento da CPI do Tráfico de Armas da Câmara dos Deputados: no Estado do Rio, 86% do armamento usado por criminosos saem de lojas legalmente estabelecidas. Não há razão para duvidar que esta seja a realidade em todo o país. Há, portanto, desafios inescapáveis no front da guerra contra os armamentos que cevam a criminalidade e a violência, dela decorrente ou não. Trata-se de contencioso social que pressupõe não só ações tópicas, mas providências estratégicas reunidas numa permanente política de Estado.

(Editorial. O Globo. 03/11/11, p. 6.)

01 A leitura do parágrafo 1 permite depreender que, na visão do editorialista, a questão do desarmamento civil no país:

- (A) só será resolvida se o Estado passar a controlar a circulação de armamento e limitar o seu uso a agentes legalmente ligados à segurança da sociedade;
- (B) depende da atuação de profissionais que, por força de suas atribuições, garantem o direito de autodefesa e segurança dos cidadãos;
- (C) vem sofrendo profundo desgaste à medida que passa por considerações de toda ordem contrárias ao efetivo controle das armas em mãos da população;
- (D) tem de ser analisada com dados objetivos, ou argumentos de provas concretas, não com contraditos movidos pela paixão;
- (E) precisa se apoiar em raciocínios amplos que vão da ideologia à defesa da indústria de fabricação de armas.

02 No parágrafo 2, o editorialista enumera os ganhos resultantes das campanhas de desarmamento, entre os quais NÃO se pode incluir o seguinte:

- (A) teve enorme impacto sobre os índices de criminalidade, reduzindo drasticamente a ação da Polícia no sentido de coibir os homicídios por armas de fogo;
- (B) segundo estimativas do Ministério da Saúde, somente em 2004 foram poupadas mais de 3 mil vidas no país;
- (C) pelo viés social, foi considerável o número de famílias que deixaram de chorar a perda de parentes;
- (D) tirou de circulação mais de 400 mil armas, até outubro de 2005;
- (E) de 2003 a 2006, o SUS deixou de gastar R\$ 93 milhões em internações de potenciais vítimas de ferimentos à bala.

03 No parágrafo 3, o editorialista desenvolveu uma linha de raciocínio que, em relação ao parágrafo 2, se apresenta principalmente como:

- (A) um conjunto de ideias que exprimem um efeito negativo das campanhas de desarmamento, ficando claro que só entregar armas não diminui os índices de violência;
- (B) um contraponto de ideias, em face da constatação de que, apesar das campanhas e do Estatuto do Desarmamento, o perfil da violência decorrente da criminalidade armada ainda assusta o país;
- (C) um resumo de ideias para explicar por que o Brasil, segundo o Ministério da Justiça, é o campeão mundial de mortes por armas de fogo;
- (D) um contra-argumento à iniciativa de desarmar a população civil, demonstrando que o país tem problemas sérios de gestão na área de segurança, estando ainda despreparado para o desarmamento;
- (E) um reforço a favor da ideia das campanhas e do Estatuto do Desarmamento, desde que sejam tomadas providências, como aumentar o rigor do controle de fronteiras, depurar organismos policiais e ter uma Justiça que aja com maior rigor.

04 No parágrafo 4, ao abordar o plebiscito ocorrido em 2005, no qual foi rejeitada a proibição da venda de armas de fogo, o editorialista deixa clara a seguinte posição a respeito desse resultado:

- (A) ceticismo em relação ao resultado, pois é uma realidade em todo o país que grande parte do armamento usado pelo narcotráfico provém do comércio legalmente estabelecido;
- (B) acatamento, por ter sido uma decisão tomada pela maioria da população, cabendo às autoridades o desafio de travar a guerra contra os armamentos que cevam a criminalidade e a violência;
- (C) inconformidade em relação ao resultado, pois, como ficou provado num documento da CPI da Assembleia Legislativa do Rio, 86% do armamento usado por criminosos saem de lojas legalmente estabelecidas;
- (D) certeza de que foi uma sábia decisão, uma vez que se trata de contencioso social que pressupõe ações tópicas e providências estratégicas de uma permanente política de Estado;
- (E) respeito à decisão soberana da maioria dos cidadãos, mas defesa do ponto de vista de que se perdeu uma grande oportunidade de ampliar o alcance do Estatuto do Desarmamento.

05 A conjunção em caixa alta no período “Há, PORTANTO, desafios inescapáveis no front da guerra contra os armamentos que cevam a criminalidade e a violência, dela decorrente ou não” (parágrafo 4) pode ser substituída, sem alteração de sentido, por todas as formas relacionadas abaixo, EXCETO por:

- (A) conquanto;
- (B) por conseguinte;
- (C) pois;
- (D) à vista disso;
- (E) dessa maneira.

06 Os dois fragmentos destacados no trecho “não basta tentar demover os cidadãos a entregar suas armas, POR MAIS CRUCIAL QUE SEJA essa questão no combate à violência armada, e adotar uma legislação, POR MAIS AVANÇADA QUE SEJA” (parágrafo 3) exprimem o sentido de:

- (A) causa;
- (B) finalidade;
- (C) concessão;
- (D) consequência;
- (E) comparação.

07 Das alterações feitas abaixo na redação do período “Há considerações de toda ordem contra o desarmamento civil do país” (parágrafo 1), aquela que está INCORRETA, quanto à concordância, de acordo com a norma culta da língua, é:

- (A) Poderão existir considerações de toda ordem contra o desarmamento civil do país.
- (B) Devem ocorrer considerações de toda ordem contra o desarmamento civil do país.
- (C) Existem considerações de toda ordem contra o desarmamento civil do país.
- (D) Hão de haver considerações de toda ordem contra o desarmamento civil do país.
- (E) Tem de haver considerações de toda ordem contra o desarmamento civil do país.

08 Lendo-se com atenção o período “Porque É em números e estatísticas, dados bem objetivos, QUE se assentam a defesa das ações de recolhimento voluntário de armas e as campanhas que pregam a pacificação social” (parágrafo 1) e analisando-se o valor discursivo dos termos em caixa alta, pode-se afirmar que, das frases abaixo, aquela em que NÃO se registra o mesmo valor discursivo é:

- (A) Sem o respeito às normas do Estatuto do Desarmamento, a população é que sofre.
- (B) É numa atuação mais consistente das autoridades que repousa a esperança da população.
- (C) É pela consciência ativa da população que se vai encontrar a solução para o problema.
- (D) Do comércio legal é que sai a maior parte do armamento usado pelos criminosos.
- (E) A esperança é que haja um controle rigoroso das armas nas mãos da população civil.

09 Na estruturação do período “Mas, apesar das ações diretas de desarmamento e da vigência do Estatuto, em números absolutos o perfil da violência decorrente da criminalidade armada ainda assusta o país” (parágrafo 3), o editorialista desenvolveu seu pensamento com base em três relações de sentido, as quais, na ordem em que ocorrem no texto, são:

- (A) concessão / meio / finalidade;
- (B) causa / consequência / modo;
- (C) concessão / consequência / causa;
- (D) consequência / concessão / modo;
- (E) meio / finalidade / causa.

10 Nos itens abaixo, foram extraídas orações do texto e, ao lado de cada uma, foi feita a conversão de voz verbal. Houve INCORREÇÃO na conversão da voz verbal em:

- (A) “o Estado controlar a circulação de armamento” (parágrafo 1) / a circulação de armamento ser controlada pelo Estado.
- (B) “Somente em 2004 estimou-se que mais de 3 mil vidas tenham sido poupadas” (parágrafo 2) / Somente em 2004 estimou-se que tenham poupado mais de 3 mil vidas.
- (C) “É um dado que precisa ser avaliado” (parágrafo 2) / É um dado que precisam avaliar.
- (D) “o perfil da violência decorrente da criminalidade armada ainda assusta o país” (parágrafo 3) / o país ainda se assusta com o perfil da violência decorrente da criminalidade armada.
- (E) “perdeu-se uma grande oportunidade de ampliar o alcance do Estatuto do Desarmamento” (parágrafo 4) / perderam uma grande oportunidade de ampliar o alcance do Estatuto do Desarmamento.

11 Das alterações feitas abaixo na redação do trecho “um arco que se abre da ideologia à defesa da indústria de fabricação de armas” (parágrafo 1), aquela em que está INCORRETO o emprego do acento indicativo da crase é:

- (A) um arco que se abre da ideologia àquilo que é do interesse da indústria de fabricação de armas.
- (B) um arco que se abre da ideologia à toda e qualquer defesa da indústria de fabricação de armas.
- (C) um arco que se abre da ideologia àqueles que defendem os interesses da indústria de fabricação de armas.
- (D) um arco que se abre da ideologia à própria identidade de defesa da indústria de fabricação de armas.
- (E) um arco que se abre da ideologia à imprensa, desde que haja defesa da indústria de fabricação de armas.

12 Das alterações feitas abaixo na redação da oração adjetiva do período “A correlação foi semelhante nas outras duas campanhas que se seguiram” (parágrafo 2), aquela em que está INCORRETO o emprego do pronome relativo, na perspectiva da regência, é:

- (A) A correlação foi semelhante nas outras duas campanhas nas quais milhares de pessoas se engajaram.
- (B) A correlação foi semelhante nas outras duas campanhas em cujo lema foi denominado “Ação de Desarmamento”.
- (C) A correlação foi semelhante nas outras duas campanhas durante as quais houve muitos incidentes.
- (D) A correlação foi semelhante nas outras duas campanhas às quais a imprensa se referiu.
- (E) A correlação foi semelhante nas outras duas campanhas em consequência das quais houve substancial redução no número de armas.

13 Observe as vírgulas empregadas no trecho “com 34,3 mil homicídios por ano, indicador aterrador até para nações em guerra, é o campeão mundial de mortes por armas de fogo” (parágrafo 3). Pode-se afirmar que, entre os trechos abaixo, aquele em que o emprego de vírgula obedeceu à mesma regra de pontuação das vírgulas empregadas no trecho acima é:

- (A) “Porque é em números e estatísticas, dados bem objetivos, que se assentam a defesa das ações” (parágrafo 1);
- (B) “tirou de circulação mais de 400 mil armas, até outubro de 2005” (parágrafo 2);
- (C) “Segundo o Ministério da Saúde, entre 2003 e 2006 houve uma queda de 17% no número de mortes por armas de fogo em todo o país” (parágrafo 2);
- (D) “sem fazê-la vigorar na prática via operações de fiscalização, campanhas desarmamentistas e outras iniciativas” (parágrafo 3);
- (E) “no Estado do Rio, 86% do armamento usado por criminosos saem de lojas legalmente estabelecidas” (parágrafo 4).

14 Os termos destacados no trecho “É um dado que precisa ser avaliado NÃO SÓ pelo ângulo do combate à violência, MAS TAMBÉM da saúde pública” (parágrafo 2) são responsáveis, entre os constituintes do período, por uma correlação de sentido:

- (A) adversativo;
- (B) explicativo;
- (C) aditivo;
- (D) alternativo;
- (E) conclusivo.

15 O nome em caixa alta no trecho “decisão soberana da maioria dos CIDADÃOS” (parágrafo 4) está corretamente flexionado para o plural. Dos pares abaixo, com nomes flexionados para o plural, o par em que um dos nomes está INCORRETAMENTE flexionado é:

- (A) vulcões / guardiões;
- (B) cristãos / anciãos;
- (C) ermitães / capitães;
- (D) catalães / sacristãos;
- (E) tabeliães / escrivãos.

16 No trecho “PORQUE é em números e estatísticas, dados bem objetivos, que se assentam a defesa das ações de recolhimento voluntário de armas” (parágrafo 1), o termo em caixa alta está corretamente grafado. Sabendo-se que o referido termo pode ser grafado de quatro formas distintas, pode-se afirmar que está INCORRETA a frase:

- (A) Por que havia tantas armas nas mãos dos cidadãos?
- (B) Quero saber por que há tantas armas nas mãos dos cidadãos.
- (C) Não se sabia o porquê de haver tantas armas em poder dos cidadãos.
- (D) Havia muitas armas em poder dos cidadãos por quê?
- (E) Desconhecia-se a razão porque ainda havia muitas armas em poder dos cidadãos.

17 O nome em caixa alta no trecho “em internações de potenciais VÍTIMAS de ferimentos à bala” (parágrafo 2), do ponto de vista do gênero, é feminino, mas pode ser usado para indivíduos de ambos os sexos (são chamados sobrecomuns). Nas frases abaixo também foram usados nomes sobrecomuns, entre os quais está com emprego INCORRETO o seguinte:

- (A) Quem anda armado pode tornar-se um algoz para seus semelhantes.
- (B) O marido descobriu que sua cônjuge portava uma arma.
- (C) É preciso fazer a defesa de nossos entes queridos.
- (D) Havia uma testemunha que ainda iria depor.
- (E) Um marginal armado pode tornar-se um verdadeiro verdugo.

18 A forma verbal em caixa alta no trecho “contra os armamentos que CEVAM a criminalidade e a violência” (parágrafo 4) – que significa “alimentam”, “nutrem” – é homônima da forma SEVAM, do verbo “sevar”, usada no sentido de “raspam” (sevar a mandioca para fazer farinha). Considerando-se a necessidade de se ajustar ao contexto o emprego de termos homônimos, pode-se afirmar que, das frases abaixo, aquela em que a lacuna é preenchida pelo segundo termo indicado entre parênteses é:

- (A) Para se ____ (ascender / acender) socialmente, é preciso boa educação.
- (B) A Justiça determinou que o sentenciado ____ (expiasse / espiasse) seus crimes em regime fechado.
- (C) A criminalidade costuma ser maior nos ____ (extratos / estratos) menos favorecidos da sociedade.
- (D) Os que portam armas podem ser ____ (tachados / taxados) de perigosos.
- (E) Com a greve, somente a ____ (seção / sessão) de telegramas estava atendendo.

19 Tomando-se os vocábulos “discussão” (parágrafo 1) e “adoção” (parágrafo 2), constata-se que em ambos, na última sílaba, o mesmo som é grafado de formas distintas – com SS e com Ç –, fato que constitui um problema ortográfico em português. Nos pares abaixo, aquele em que uma das palavras foi grafada INCORRETAMENTE, por ter-se confundido as duas formas acima descritas, é:

- (A) digreção / progressão;
- (B) infração / admissão;
- (C) ereção / concessão;
- (D) exceção / submissão;
- (E) execução / repressão.

20 O verbo em caixa alta no trecho “Trata-se de contencioso social que PRESSUPÕE não só ações tópicas” (parágrafo 4) é derivado do verbo PÔR, cuja flexão é irregular. Das frases abaixo, com derivados do verbo PÔR, está INCORRETA quanto à flexão verbal a seguinte:

- (A) Os estados não dispõem de fiscais suficientes para exigir o cumprimento das leis.
- (B) Os policiais compuseram um grupo de elite que inibiu o uso de armas.

- (C) Naquele tempo, as pessoas contrapunham-se à ordem constituída.
- (D) As pessoas anteporaram seus interesses aos da coletividade.
- (E) Esperava-se que o plebiscito repusesse os ganhos do Estatuto do Desarmamento.

Parte II: Conhecimentos Específicos

21 A Microeconomia estabelece múltiplas categorias que permitem classificar as estruturas de mercado. Em uma dessas estruturas, prevalece a premissa de mercado atomizado e produtos homogêneos. Uma outra é representada por um mercado no qual existem vários pequenos produtores de mandioca e apenas uma grande usina que compra esse produto para beneficiamento. Nos dois caso tem-se, respectivamente, as seguintes estruturas de mercado:

- (A) oligopólio e oligopsônio;
- (B) oligopólio e monopólio legal;
- (C) concorrência monopolística e oligopsônio;
- (D) concorrência perfeita e monopsônio;
- (E) concorrência completa e oligopólio.

22 No contexto das preferências do consumidor, suponha que um deles prefira a cesta J em detrimento da cesta K e a cesta K em detrimento da cesta L. Suponha ainda que este consumidor prefira a cesta L em detrimento da cesta J. Um outro consumidor acredita que uma maior quantidade de um bem é sempre preferível à menor quantidade do mesmo. No primeiro e no segundo caso, respectivamente, com relação às premissas de preferências dos consumidores, é possível afirmar que ocorrem:

- (A) violação da não saciedade e atendimento da monotonicidade;
- (B) violação da transitividade e atendimento da monotonicidade;
- (C) violação da exaustividade e atendimento da não saciedade;
- (D) atendimento da não saciedade e violação da convexidade;
- (E) atendimento da continuidade e violação da monotonicidade.

23 Suponha uma função de produção do tipo $Y = m K^b L^a$. Com relação aos coeficientes b e a, suponha que durante a fase de instalação de uma fábrica sua soma fosse igual a 1,2. Após a fábrica atingir um elevado nível de produção, a soma passou a ser 1. Com base nessas informações, é correto afirmar.

- (A) a fábrica em questão atuava como monopólio e depois como oligopólio;
- (B) a fábrica em questão atuava como oligopólio e depois como monopólio;
- (C) a produção marginal da fábrica é crescente;
- (D) inicialmente se operava com retornos crescentes de escala e após com custos marginais decrescentes;
- (E) no início havia retorno crescente de escala e depois retorno constante de escala.

24 Considere um bem para o qual a curva de demanda é negativamente inclinada, mas o efeito-renda atua no sentido inverso do efeito-substituição, sem suplantá-lo. Isto significa que se trata de um bem:

- (A) complementar de giffen;
- (B) inferior;
- (C) complementar perfeito;
- (D) substituto perfeito;
- (E) de giffen.

25 Com relação à elasticidade-preço da demanda, suponha um bem que tenha poucos substitutos e outro que tenha elevado grau de utilidade para o consumidor. Com relação a esses dois bens, respectivamente, é possível dizer que:

- (A) a demanda não se altera em ambos os casos;
- (B) no primeiro caso mais elástica será a demanda e no segundo menos elástica será a demanda;
- (C) para o primeiro caso a elasticidade-preço tenderá a 1 e para o segundo será maior do que 1;
- (D) nos dois casos, menos elástica será sua demanda;
- (E) para ambos os casos, a renda não influencia a demanda cruzada.

26 No equilíbrio de longo prazo em concorrência perfeita, no momento em que a curva de custos marginais intercepta a curva de custo médio no seu ponto mínimo, pode-se dizer o seguinte:

- (A) o custo médio se iguala à receita média, com lucros extraordinários;
- (B) o custo médio se iguala à receita total no seu ponto de inflexão, com lucros normais;
- (C) a receita marginal se iguala ao custo marginal, com lucros normais;
- (D) a receita marginal se iguala ao custo total no seu ponto máximo, com lucros normais;
- (E) a receita marginal se iguala ao custo variável no seu ponto crítico, com lucros extraordinários.

27 Quando, em uma empresa comercial que opera em condições de monopólio, se verificar a situação em que a receita marginal for igual ao custo marginal, é possível afirmar:

- (A) a produção será máxima e o custo será mínimo;
- (B) o custo marginal será igual ao preço e os lucros são extraordinários;
- (C) o custo médio será igual à metade do preço e os lucros são normais;
- (D) o preço está maior que o custo médio e há lucros extraordinários;
- (E) o preço será igual à receita marginal e os lucros serão normais.

28 Se a curva de demanda do monopólio for linear, a receita marginal será representada por uma reta que cruza o eixo dos preços no mesmo lugar da reta de demanda e interceptará o eixo das quantidades:

- (A) na curva da receita média no seu ponto máximo;
- (B) no segmento da receita total no seu ponto de inflexão;
- (C) num ponto entre o custo marginal mínimo e o custo médio;
- (D) no segmento de reta entre o intercepto da curva de demanda e a linha de preços;
- (E) numa distância equivalente à metade do intercepto da curva de demanda.

29 Quando, em um mercado de concorrência perfeita, uma empresa industrial opera em condições tais que o preço de seus produtos no mercado, no equilíbrio, for menor do que o custo variável médio, é possível afirmar que:

- (A) o seu prejuízo é maior do que o custo fixo total;
- (B) o seu custo marginal será igual ao preço e ela opera com lucro;
- (C) a sua receita média será decrescente e ela opera com lucro;
- (D) o seu prejuízo é duas vezes a receita média;
- (E) o preço deve igualar o custo médio total de longo prazo.

30 Há uma evidência microeconômica de que os consumidores estão dispostos a pagar mais do que o preço de equilíbrio de um determinado bem, por algumas das unidades da quantidade total que adquirem no mercado ao preço de equilíbrio. A medida, em unidades monetárias, dos benefícios totais que os consumidores têm ao adquirirem toda a quantidade do referido bem, ao preço de equilíbrio do mercado, é denominada:

- (A) ganho de escala de aquisição;
- (B) excedente do consumidor;
- (C) lucro marginal de oportunidade;
- (D) excedente do produtor;
- (E) nível ótimo do consumidor.

31 Supondo que um consumidor receba sucessivos incrementos de renda, sem que os preços de dois bens normais que compõem o seu espaço de bens se alterem, é possível verificar novos pontos de equilíbrio na demanda deste consumidor à medida que a renda aumenta. Com relação à curva formada pela reunião desses sucessivos pontos de equilíbrio, é possível dizer:

- (A) é denominada curva de Marshall e é inelástica ao preço;
- (B) possui inclinação negativa e é denominada curva de Singer;
- (C) é denominada curva de Engel e é perfeitamente inelástica;
- (D) possui inclinação positiva e é denominada curva de Engel;
- (E) não é sensível às variações de preços e possui inclinação negativa.

32 Considere um contexto de produção com dois fatores, em que a quantidade de um dos fatores é fixa e a do outro fator é variável. Ao se adicionar o fator variável, numa fase inicial em que a quantidade deste fator variável ainda é muito pequena, o aumento da produção está ocorrendo com:

- (A) produtividade marginal crescente;
- (B) custo marginal constante;
- (C) produtividade marginal decrescente;
- (D) custo marginal crescente;
- (E) produtividade marginal constante.

33 Uma situação de produção tal que todos os fatores de produção podem ser considerados como sendo variáveis, já que as empresas podem alterar a quantidade de todos eles, caracteriza o que se denomina:

- (A) ótimo de pareto;
- (B) maximização de lucros;
- (C) fase de saturação;
- (D) perpetuidade;
- (E) longo prazo.

34 Quando é preciso conhecer a sensibilidade da demanda de um determinado bem com relação à variação dos preços de outros bens, ocorre o conceito de:

- (A) bens substitutos;
- (B) elasticidade cruzada da procura;
- (C) bens combinados pela demanda;
- (D) elasticidade-preço combinada;
- (E) bens complementares.

35 A possibilidade de os consumidores terem sua demanda influenciada por atributos distintos dos produtos permite analisar a diferenciação de produtos aparentemente homogêneos, mas que se distinguem por algum atributo especial, o que caracteriza uma diferenciação. Quando a variedade dos produtos está associada a suas características efetivamente percebidas, tais como o odor de um perfume, estamos diante de uma diferenciação:

- (A) vertical;
- (B) indireta;
- (C) horizontal;
- (D) direta;
- (E) qualitativa.

36 Desde o advento da OMC, as relações internacionais relativas ao comércio se caracterizaram por um refinamento de suas regras e princípios. Nas relações de comércio internacional, a regra pela qual são proibidas quaisquer formas de discriminação entre produtos nacionais e similares é denominada:

- (A) Princípio do Tratamento Nacional;
- (B) Convenção de Berna;
- (C) Cláusula da Nação Mais Favorecida;
- (D) Cláusula da Nação Menos Favorecida;
- (E) Convenção de Roma.

37 Existem múltiplos níveis de integração econômica entre os países do mundo, em distintos Continentes. O Tratado de Assunção foi o marco inicial de um movimento de integração regional na América do Sul, conhecido mais popularmente como MERCOSUL, que atualmente possui um dos níveis de integração internacional classificados pela doutrina. O Mercosul possui o seguinte status em termos de integração econômica internacional:

- (A) União Econômica;
- (B) União Aduaneira;
- (C) Mercado Comum;
- (D) Zona de Livre Comércio;
- (E) Zona de Livre Trânsito.

38 Dentre os meios alternativos de resolução de disputas comerciais internacionais, existe um que se constitui em procedimento de jurisdição voluntária, mas que responde por cerca de 80% das disputas oriundas de contratos internacionais, pelo qual as partes se comprometem, por meio de cláusula contratual, a submeter uma eventual disputa a um número ímpar de agentes, para que estes promovam a solução do litígio. Este método é denominado:

- (A) conciliação;
- (B) negociação;
- (C) arbitragem;
- (D) solução de controvérsias;
- (E) mediação.

39 A formulação teórica associada à lógica de equalização de preços dos fatores de produção como resultado do comércio internacional é conhecida como:

- (A) Teoria do Valor-Trabalho;
- (B) Teorema de Heckscher-Ohlin;
- (C) Postulado Ricardiano;
- (D) Teorema de Stolper-Samuelson;
- (E) Modelo de equilíbrio internacional.

40 O modelo que procura explicar os determinantes do comércio de produtos manufaturados enfatizando as diferenças na tecnologia de produção entre países distintos, com base nos conceitos de “economias dinâmicas de escala” e “hiato de resposta externa”, é denominado modelo de:

- (A) Davis;
- (B) Kravis;
- (C) Vernon;
- (D) Leontief;
- (E) Posner.

41 A existência de economias de escala está associada à existência de retornos não constantes de escala. Quando cada firma pode obter custos médios mais baixos e por isso aumentam a produção, está caracterizada a economia de escala do tipo:

- (A) internacional;
- (B) expandida;
- (C) de eficiência;
- (D) interna à firma;
- (E) externa à firma.

42 A Teoria da Proteção procura identificar os efeitos da adoção de medidas específicas em relação às importações ou exportações de uma economia. A análise dos diversos efeitos derivados da adoção de barreiras às importações ou da concessão de incentivos às importações diz respeito à:

- (A) Economia Política da Proteção;
- (B) Teoria Normativa da Proteção;
- (C) Teoria Positiva da Proteção;
- (D) Visão Alternativa da Seleção;
- (E) Visão Normativa da Produção Interna.

43 Para os países que aderiram aos princípios da OMC, a tarifa em um nível máximo que um país se compromete a obedecer como um teto para a sua política tarifária é denominada tarifa:

- (A) proibitiva;
- (B) consolidada;
- (C) ótima;
- (D) aplicada;
- (E) exorbitante.

44 Os fluxos de capitais externos podem ser orientados para a aquisição de títulos de renda fixa, títulos governamentais, fundos de privatizações ou fundos de ações. Não obstante, se o investidor estrangeiro já possui ou passará a possuir mais de 50% do capital votante da empresa receptora do investimento, o fluxo por ele realizado deve ser denominado:

- (A) investimento externo direto;
- (B) operação de securitização;
- (C) investimento em portfólio;
- (D) operação compromissada;
- (E) investimentos em fundos de participação.

45 O sistema financeiro internacional tem riscos específicos que configuram a instabilidade marcante desse sistema e a variabilidade dos fluxos de investimento internacional. Em virtude disso, alguns países evidenciam uma baixa capacidade de resistência de suas economias em face de pressões, fatores desestabilizadores e choques externos. Esta situação configura o que se denomina:

- (A) volatilidade cambial;
- (B) década perdida;
- (C) contingência restritiva;
- (D) crise do petróleo;
- (E) vulnerabilidade externa.

46 A globalização financeira e a volatilidade dos fluxos financeiros internacionais possuem múltiplas visões. A visão cujo diagnóstico considera a volatilidade de fluxos financeiros de curto prazo e nos mercados de moedas e de derivativos o cerne do problema, e acredita que a solução seria a introdução da taxa Tobin é denominada:

- (A) tributária;
- (B) financeira;
- (C) diplomática;
- (D) keynesiana;
- (E) bancária.

47 Na estrutura básica do Balanço de Pagamentos, aquilo que corresponde à presença das exportações nas vendas de bens e serviços localmente produzidos, bem como ao conteúdo de importações nas compras domésticas (bens finais e intermediários), denomina-se:

- (A) passivo externo líquido;
- (B) transferências unilaterais;
- (C) quadro de serviços não-de-fatores;
- (D) balanço comercial e de serviços não-de-fatores;
- (E) serviço de fatores.

48 Quando estendido às economias abertas, o modelo IS-LM incorpora uma nova condição de equilíbrio, derivada do Balanço de Pagamentos, que corresponde às posições nas quais o saldo global é zero, ou seja, não há entradas ou saídas líquidas de divisas e o mercado cambial está em equilíbrio, configura-se o modelo:

- (A) Marshall-Lerner;
- (B) Holland-Levit;
- (C) Mundell-Fleming;
- (D) Pigou-Patinkin;
- (E) Holland-Canuto.

49 Após Bretton Woods, coube ao FMI regular a Política Cambial e as soluções para as dificuldades de Balanço de Pagamentos, e ao Banco Mundial coube prever as condições para o desenvolvimento econômico. Uma tentativa de criar uma Organização Internacional para tratar do comércio internacional sofreu oposição do Congresso norte-americano. A solução factível foi a criação de um foro básico para as questões relacionadas ao comércio internacional. Este foro recebeu a seguinte denominação:

- (A) Convenção de Jacarta;
- (B) GATT;
- (C) OMC;
- (D) Rodada Uruguay;
- (E) BIS.

50 Existe um método que mede o tamanho do déficit público pelo lado do financiamento, ou seja, pela forma como foi financiado, e não pela forma como foi gerado. Assim, toda a variação da dívida pública se deve à ocorrência de um déficit. Este método é denominado:

- (A) acima da linha;
- (B) acompanhamento fiscal;
- (C) de balanço financeiro;
- (D) regime primário;
- (E) abaixo da linha.

51 Na evolução da economia brasileira, houve um determinado período em que ocorreram múltiplas medidas no campo monetário, destacando-se a instituição da correção monetária, a criação do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central. O Plano Econômico associado ao período em questão foi denominado:

- (A) PAEG;
- (B) Plano de Metas;
- (C) Plano Nacional de Desenvolvimento I;
- (D) Plano Nacional de Desenvolvimento II;
- (E) Milagre Econômico.

52 No período imediato após o Regime Militar, uma sucessão de Planos Econômicos de caráter heterodoxo foi lançada, com resultados pífios. No início de 1988, o Ministro Maílson adotou uma política de rejeição de choques heterodoxos, que tinha como meta estabilizar a inflação em 15% ao mês e a redução do déficit operacional de 8% para 4%. Para tanto, ele adotou o congelamento de empréstimos ao setor público, a contenção salarial e a redução do prazo de recolhimento de impostos. Tratava-se do Plano:

- (A) Bresser;
- (B) Feijão com Arroz;
- (C) Cruzado;
- (D) Verão;
- (E) Collor.

53 A segunda fase do Plano Econômico iniciado em 1993 começou em fevereiro de 1994, com a adoção de um novo sistema de indexação, que visava simular os efeitos de uma hiperinflação, com indexação diária, sem passar por seus efeitos, por meio de uma “substituição parcial da moeda”. Este indexador foi o(a):

- (A) Unidade Referencial de Valor;
- (B) Unidade Referencial de Preços;
- (C) Unidade Real de Valor;
- (D) Obrigação Reajustável de Valor;
- (E) Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional.

54 O Banco Central realiza o controle da moeda. A moeda em poder do público e as reservas dos bancos comerciais compõem um agregado monetário relevante. O produto deste agregado pelo multiplicador monetário deve evidenciar o(a):

- (A) demanda de moeda;
- (B) base monetária;
- (C) meio de pagamento;
- (D) oferta de moeda;
- (E) papel moeda emitido.

55 O fato de que uma diminuição do produto conduz, sob determinadas regras de tributação e gasto, a um aumento do déficit orçamentário, e este aumento, por sua vez, aumenta a demanda, estabilizando o produto, caracteriza o conceito de:

- (A) regra de Samuelson;
- (B) ajuste pelo déficit;
- (C) expansão fiscal;
- (D) estado estacionário;
- (E) estabilizador automático.

56 A proposição de que nem os déficits nem a dívida pública têm efeito sobre a atividade econômica denomina-se:

- (A) regra de Smith;
- (B) equivalência ricardiana;
- (C) postulado de Fisher;
- (D) teorema de Cournot;
- (E) equilíbrio de Cambert.

57 O efeito adverso da inflação sobre a arrecadação de impostos e, em consequência disso, sobre o déficit público, foi objeto registro doutrinário. Este efeito é denominado efeito:

- (A) propagação;
- (B) Lucas;
- (C) Laffer;
- (D) fiscal ajustado;
- (E) Olivera-Tanzi.

58 Os modelos econômicos que pressupõem que o produto esteja sempre em seu nível natural, de tal forma que todas as flutuações do produto constituem-se em variações do seu nível natural, em oposição às variações de produto que não impliquem mudança do nível natural, são denominados modelos:

- (A) de Muller;
- (B) de crescimento endógeno;
- (C) keynesianos simples;
- (D) de ciclo real de negócios;
- (E) de variação cíclica.

59 O consenso desenvolvido na macroeconomia durante a década do anos 1950, baseado na integração do pensamento keynesiano com o dos economistas que o precederam foi denominado:

- (A) síntese neoclássica;
- (B) de Washington;
- (C) monetarista;
- (D) neoclássico;
- (E) ortodoxo.

60 A condição de equilíbrio que afirma que a demanda por moeda tem de ser igual à oferta de moeda ou, de maneira equivalente, a demanda por títulos tem de ser igual à oferta desses títulos traduz a:

- (A) curva IS-LM;
- (B) razão de mercado;
- (C) relação IS;
- (D) relação LM;
- (E) taxa de juros nominal.

